

## Por uma Sociologia do Risco

### For a Sociology of Risk

\*Carlos Guilherme Rocha<sup>1</sup> 

MENDES, José Manuel. Sociologia do risco. Uma breve introdução e algumas lições. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, 106 p.

Nas últimas duas décadas, o estudo de grandes desastres e situações de incerteza sobre grupos humanos resultaram na constituição dos chamados “estudos cindínicos”. Nesse campo, os riscos, as crises e os desastres, são abordados de maneira global e sistêmica, visando ações de gestão e redução, tendo em conta o máximo de elementos que possibilitem o entendimento de suas origens. Uma das marcas das ciências cindínicas é articulação interdisciplinar envolvendo especialmente engenharias, geografia, sociologia, economia e ciência política.

Esta linha, além de larga literatura em língua inglesa, reverberou em Portugal. Com base na Universidade de Coimbra, fundou-se a “Associação Portuguesa de riscos, prevenção e segurança”. Esta promove congressos, mantém a revista *Territorium* e uma série de publicações. Dentre estas, destaca-se a obra de José Manuel Mendes (2015), *Sociologia do Risco. Uma breve introdução e algumas lições*.

O livro não é apenas um manual que elenca a acumulação de teorias a respeito da sociologia dos riscos. Mendes utiliza muito bem as páginas de sua obra para introduzir o leitor ao tema, de forma muito clara e didática, mas sem renunciar à crítica e ao rigor conceitual. Não é uma obra sobre o “estado da arte”, sendo uma proposta para a constituição de um campo de atuação científico e político.

Neste aspecto, Mendes se mostra herdeiro de Ulrich Beck, no sentido de defender a politização das ciências cindínicas. Quando lançou seu livro *Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade*, em 1986, Beck propôs uma crítica ao desenvolvimento científico e tecnológico. De acordo com sociólogo alemão, além dos benefícios, a tecnologia também gera riscos, que sujeitam um número cada vez maior de pessoas. Com isso, os produtos das ciências e das engenharias não deveriam ser tomados como neutros, mas deveriam estar sujeitos à avaliação e à discussão política. Diante de um quadro pessimista, o sociólogo alemão propunha uma nova consciência social, chamada por ele de “modernização reflexiva”, na qual o desenvolvimento tecnológico não é entendido na chave de um evolucionismo inocente, e sim como produtor de consequências nefastas em escala local e global. Beck orienta a uma nova

---

<sup>1</sup> Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Departamento de Formação Geral, Campus Varginha (DFG/CEFET, Varginha, MG, Brasil). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4480-0697>.

epistemologia para lidar com os riscos oferecidos pelas novas condições sociais e tecnológicas do fim do século XX. A avaliação sobre tais condicionamentos não deveria ser apenas técnica, mas também sujeita a interpretações e visões de mundo de diversos agentes. A “ciência”, enquanto instituição humana, é política (BECK, 2011, p. 33-35).

A repercussão positiva da obra de Beck se deu não apenas por sua qualidade e originalidade, mas também por seu caráter “profético”. Poucos meses após a publicação, ocorreu o desastre nuclear em Chernobil. E assim, cada vez que uma grande ameaça antrópica (por exemplo, aquecimento global) mostra-se iminente ou grande desastre ocorre (vazamentos de óleo na Baía de Guanabara [1997 e 2000]; Fukushima [2005]; Brumadinho [2019]), as teses de Beck voltam à tona e o pessimismo quanto ao desenvolvimento tecnológico toma o espaço público, de forma crescente (TONN; HEMRICK; CONRAD, 2006). Aponta-se, seguindo Beck, para a ideia de “supressão das causas de risco”, isto é, limitando o desenvolvimento técnico e científico e seus riscos inerentes.

Em sua obra, José Manuel Mendes aposta na produção de uma “epistemologia cívica”, que não seja voltada para os indivíduos e grupos vulneráveis, mas que conte com a participação destes nas decisões políticas e processos de gestão dos riscos. A mitigação e a redução dos riscos não é uma tarefa técnica, mas política, pois, como afirma Mendes (2015, p. 75), “os desastres são sempre sociais.” O pesquisador demonstra, especialmente na parte final da obra, como a exclusão e a marginalização social resultam em maiores exposições a situações de risco, e não o contrário. A pesquisa e a produção de conhecimento sobre os riscos devem se dar para a promoção dos Direitos Humanos e da democracia.

Com essa perspectiva, Mendes supera a dicotomia entre “riscos antrópicos” e “riscos naturais”. É o grau de vulnerabilidade social (considerando os capitais social, econômico e cultural) o principal parâmetro para avaliação dos riscos. Com isso, vemos nova aproximação a Beck e sua afirmação de que “natureza é sociedade, sociedade (também) é ‘natureza’” (BECK, 2011, p. 99). Tal concepção indica que a abordagem dos riscos não apenas considere aspectos tecnocráticos e geofísicos, mas que volte seu olhar para condicionantes sociais, culturais e políticas. Portanto, faz-se de suma importância a Sociologia na avaliação e na gestão dos riscos.

Apesar das aproximações com Ulrich Beck, José Manuel Mendes parte de um paradigma distinto para análise dos riscos. O sociólogo português compreende que não há risco em si, de forma objetiva (tal como pautado Beck), mas, inspirado em Foucault (1996), que o risco é um constructo social e discursivo. Com essa perspectiva, pretende-se construir uma abordagem mais otimista que a de Beck para a lida com os riscos e incertezas. No segundo capítulo do livro, Mendes apresenta estas e outras teorias no âmbito das ciências sociais para análise dos riscos. Ele não apenas elenca os principais autores e apresenta uma boa síntese de suas ideias, mas aponta, de forma crítica, os diálogos, aproximações e limites de cada abordagem.

No terceiro capítulo, Mendes apresenta sua proposta de “gestão possibilista do risco”. O pesquisador português desenvolve, de forma bastante didática, um rompimento epistemológico com Ulrich Beck. Para Mendes, o risco deixa de ser provável (é certo que irá ocorrer) e passa a ser tratado como possível (pode ocorrer, ou não). Essa virada, não apenas rebate o pessimismo de Beck, que propõe medidas preventivas e impeditivas, mas se pauta na agência para mitigar e analisar os riscos. A concepção possibilista entende que, de forma democrática, devem ser geridas ações de

precaução, planos de mitigação e medidas de resiliência. Para tanto, é preciso um empoderamento dos cidadãos no processo de produção científica.

A junção dessa proposta democrática e possibilista (pautada na incerteza radical) resulta na ideia de gestão do risco. Isto é, que a análise dos riscos e elaboração de propostas para sua mitigação não seja apenas uma etapa, mas que se dê em todas as fases de qualquer empreendimento: projeção, avaliação, construção, finalização e uso. Isso se dá como um processo cíclico e contínuo de revisão e análise do risco. O principal ponto para que tal modelo funcione é “ter em conta os interesses sociais e os valores mais vastos” (MENDES, 2015, p. 37). Portanto, entende-se o risco como uma representação social. As medidas de controle, redução e gestão devem ser tomadas a partir das percepções dos indivíduos, agentes e comunidades envolvidas sobre os riscos. Portanto, fatores históricos, psicológicos, econômicos e sociais são partes estruturantes dessa percepção.

Nos dois capítulos seguintes Mendes conceitua tipologias relativas ao risco, como “risco antrópico” (dividido em sociais e tecnológicos), “riscos naturais” e “mistos”. Como já dito, o autor apresenta uma abordagem crítica a tais tipologias, mas preza pelo caráter didático por se tratar de uma obra introdutória. Outro conceito tratado é o de “desastre”. Sobre este não é apenas apresentada uma definição, mas mostra como historicamente o conceito se altera, e como as políticas de gestão do risco se relacionam com tais conceituações.

O sexto capítulo é uma indicação de caminhos que podem ser seguidos pelos cientistas sociais que pretendem se lançar nos estudos cindínicos. Mendes lista processos metodológicos de análise e suas possibilidades, como os questionários. Também referencia obras seminais, especialmente em língua inglesa.

No entanto, o sociólogo português salienta que não existem metodologias prontas que devem ser replicadas. Tal ideia é desenvolvida no sétimo e último capítulo. Ao apresentar o resultado de suas pesquisas, Mendes destaca que a análise das vulnerabilidades sociais – e dos riscos a elas implicados – é casuística. Cada contexto possui mecanismos próprios de exclusão e marginalização. Com isso, é importante estar atento aos recortes de estudo, pois uma mudança de escala altera consideravelmente os resultados da cartografia populacional. Mendes discorre sobre seus estudos acerca de desastres naturais na região central de Portugal. No Brasil, temos os trabalhos da socióloga Norma Valêncio como referência na avaliação da relação entre vulnerabilidades e riscos (VALÊNCIO, 2011, 2014).

José Manuel Mendes conclui que a sociologia deve ter participação ativa na gestão e análise dos riscos, produzindo cartografias em variadas escalas, e, especialmente, dando voz àqueles que são vulneráveis. Para isso, considera que, independente da escala utilizada (local, regional, nacional), as pesquisas sobre vulnerabilidade social devem ser feitas “de baixo para cima”, como método que proporcione melhor planejamento na gestão dos riscos.

A avaliação das vulnerabilidades sociais, assim como a politização das análises de risco, indica um caminho não apenas de inclusão dos cientistas sociais nos estudos cindínicos, mas em diálogo permanente entre os campos disciplinares. A gestão dos riscos, em perspectiva democrática e cidadã, demanda que os criadores de tecnologias – engenheiros – saiam de um papel de invisibilidade e neutralidade e assumam um posicionamento crítico e público em relação à produção tecnológica, empoderando as populações para decidir acerca dos riscos. Como afirma Erik

Aslaksen, os engenheiros não devem fazer julgamentos sobre a aplicação da tecnologia – que seria a renovação de um viés tecnocrático –, mas sim julgamentos em relação às informações a serem apresentadas à sociedade (ASLAKSEN, 2015).

Apenas pela comunicação e o diálogo, com uma escuta especialmente atenta daqueles que estão mais sujeitos aos riscos, pode-se instituir uma epistemologia cívica para a análise e para a gestão de eventuais ameaças. A mudança na produção dos discursos sobre os riscos é mudar o modo como lidamos com esses riscos.

## Referências

ASLAKSEN, Erik. The relationship between engineers and society: is it currently fulfilling its potential? An invited discourse. *Journal and Proceedings of the Royal Society of New South Wales*, Sydney, v. 148, n. (455, p. 28-43, 2015).

BECK, Ulrich. *Sociedade de riscos: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

TONN, Bruce; HEMRICK, Angela; CONRAD, Fred. Cognitive representations of the future: survey results. *Futures*, East Lansing, v. 38, n. 7, 2006.

VALÊNCIO, Norma. Cultura de risco e segurança coletiva no Brasil: a vulnerabilidade socioespacial a jusante de Itaipu Binacional. *Territorium*, Vilarinho, n. 18, 2011.

VALÊNCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 19, 2014.

\*Minicurrículo do Autor:

**Carlos Guilherme Rocha**. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2018). Professor de História e de Sociologia no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: carlosgrocha@cefetmg.br.